

# • Constituinte

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

# BC propõe solução conciliatória para anistia às dívidas

por Livia Ferrari do Rio

O Banco Central (BC) está tentando, por intermédio do Ministério da Fazenda, apresentar uma solução conciliatória às emendas apresentadas na Constituinte referentes a perdas das dívidas de pequenos e médios produtores rurais e mini e pequenos empresários.

A proposta é a adoção de um prazo de quatro anos para o pagamento das dívidas, com um ano de carência, e introdução de um deflator de 50% para os mini e pequenos agricultores e miniempresários, além de um deflator de 30% para os agropecuaristas de porte médio. A contabilidade das dívidas seria no dia 30 próximo e, a partir de 1º de julho, seria estabelecida essa regra.

O diretor de Crédito Rural do BC, Hélio Ribeiro, considera a proposta factível, uma vez que, através da Resolução nº 1.352, do BC (de agosto de 1987), foi concedida anistia, até 31/12/87, de toda correção monetária de empréstimos contraídos nas áreas incentivadas (Sudam, Sudene e Vale do Jequitinhonha). Nas demais regiões, o perdão foi até 30/6/87.

No entender de Hélio Ribeiro, o pleito de anistia das dívidas dos agricultores surge como consequência do resultado do Plano Cruzado e da atitude de bancos, que "preferiram fazer execuções de dívidas e tomar penhoras, em vez de renegociar dívidas ou transferi-las para a Carteira de Crédito Rural" (com juros mais baixos).

A afirmação de Ribeiro foi contestada pelo presidente da Comissão de Crédito Rural da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Aldous Galletti. Segundo ele, em razão da iniciativa dos bancos particulares de renegociarem as dívidas do setor rural, as carteiras de crédito agrícola das instituições financeiras privadas apresentam, atualmente, "excelente liquidez". Pelos seus levantamentos referentes a maio

## Mailson vê "calote geral"

por David Friedlander de São Paulo

O governo tentará negociar com os constituintes uma alternativa ao projeto de aprovar, na Constituição, a anistia aos débitos dos pequenos e médios agricultores e empresários, que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, disse sexta-feira, em São Paulo, que se trataria de uma solução que evitasse o "calote generalizado que está sendo preparado pelos constituintes", beneficiando "exatamente" aqueles que precisam.

"Essa anistia seria um desastre para a economia brasileira", criticou o ministro. "É uma medida contra os contribuintes, que terão que arcar com o prejuízo de uma medida dessas, enquanto o feliz anistiado vai dar pulos de alegria."

Nóbrega disse que o presidente José Sarney está preocupado com a possibilidade de aprovação da anistia e que quinta-feira houve uma reunião com as lideranças do governo na Assembleia Nacional Constituinte, para discussão de uma estratégia de ação junto aos parlamentares. "Precisamos esclarecer os constituintes de que essa medida vai prejudicar as finanças públicas", reforçou o ministro.

último, os créditos rurais vencidos, até aquele mês, atingiam apenas CZ\$ 12 bilhões, ante aplicações totais de CZ\$ 490 bilhões. Galletti garantiu ter informações de que as maiores dificuldades para renegociação de dívidas de agricultores partem dos próprios bancos oficiais.

Ele disse, ainda, que a liquidez das carteiras agrícolas dos bancos privados deverá cair um pouco em junho, pois, em decorrência da expectativa de votação das emendas da Constituinte que propõem perdão de dívidas, alguns agricultores teriam deixado de quitar seus débitos.

# Fusão não diminui contas

por Ascônio Seleme de Brasília

O governo não entregou aos constituintes o número final do impacto da fusão de emendas que anistia a correção monetária sobre empréstimos concedidos aos pequenos empresários e agricultores durante o Plano Cruzado. O prazo pedido pelo líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), expirou na quinta-feira, mas os técnicos da Fazenda e do Banco Central (BC) não chegaram ao resultado.

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, disse que, mesmo com a fusão, "a conta continuará astronômica". O secretário informou que até sexta-feira o estudo deveria ser concluído. Ele entende que a fusão apresentada e a disponibilidade dos autores da matéria em negociar no âmbito da Constituinte sig-

nificam um sinal de avanço.

Ontem, o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos e Desenvolvimento (ANBID), Cristiano Buarque Franco Neto, manteve encontro com o deputado Humberto Souto (PFL-MG), um dos autores da fusão, para entender os detalhes da emenda. Franco Neto estranhou que o BC não tenha ainda definido o número final do impacto, já que deu prazo de 24 horas para os bancos apresentarem os seus balanços individuais sobre a matéria.

Franco Neto entendeu, durante a reunião com Humberto Souto, que a fusão atingirá "minimamente" os bancos de investimentos. "As operações dos bancos de investimentos são de grande escala. Temos um universo bem reduzido de pequenos tomadores já que trabalhamos no atacado", explicou o presidente da ANBID.

## Prefeitos reunidos

por Daisy Irmgard Vogel de Florianópolis

Os prefeitos das capitais começam a se empenhar na pressão política pela agilização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, procurando garantir sua promulgação até antes das próximas eleições municipais e evitar emendas supressivas sobre a matéria que regulamenta a reforma tributária.

Reunidos na última sexta-feira em Florianópolis na 7ª Reunião dos Prefeitos das Capitais, nove prefeitos e dois vice-prefeitos decidiram armar um lobby junto aos constituintes que envolve também os prefeitos de todos os demais municípios e os governadores para vencer o que definiram como "manobras do Governo Federal" para atrasar as votações e cortar direitos ad-

quiridos no primeiro turno. A sugestão do lobby foi feita pelo prefeito de Porto Alegre (RS), Alceu Collares (PDT), para quem há necessidade de garantir as votações de segundo turno sobre a reforma tributária dentro de 40 a 50 dias, para evitar o posterior esvaziamento das sessões causado pela campanha eleitoral.

Como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que deverá ser o que mais engordará as receitas municipais precisa de legislação complementar e, posteriormente, de ajustes nas constituições estaduais, os prefeitos tentarão fazer com que, tão logo seja promulgada a Constituição Federal, a parte tributária seja transformada em emenda na legislação estadual em vigor, antecipando a aplicação da reforma tributária.

Agenda
<b>Sessão de sexta-feira</b>
* Não houve votação por falta de quórum. Menos de 280 constituintes compareceram no plenário.
<b>Sessão de segunda-feira</b>
* Tem início marcado para as 14h30. Se houver quórum, será apreciada a emenda que concede anistia aos microempresários que se dividiram no Plano Cruzado.